

SUBJETIVIDADE NÓMADA E ESCUTA ANALÍTICA¹

*Sílvia R. Acosta*²

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a6>

RESUMO: No artigo, são analisadas as transformações da subjetividade nas sociedades contemporâneas hipermóveis e os desafios que estas colocam à escuta psicanalítica. Com base na noção de subjetividade nómada de Rosi Braidotti, distinguem-se três configurações psíquicas e temporais: o exilado, o migrante e o nómada. Enquanto o exilado permanece ligado ao passado pela perda e o migrante habita um tempo burocrático suspenso, o nómada constrói a sua identidade através do movimento e da transição, mais do que da pertença. A partir do conceito de não-lugares de Marc Augé — espaços de trânsito desprovidos de memória —, no texto propõe-se que a psicanálise pode transformar esses vazios em lugares de encontro e de sentido. As vinhetas clínicas de “pacientes nómadas” revelam fragmentação, ansiedade e dificuldade em criar vínculos no meio do deslocamento constante. Nesta fluidez, a fiabilidade e a constância temporal do analista tornam-se âncoras para a historização e a localização subjetiva. A mobilidade é apresentada como hierarquia social e condição psíquica, evidenciando as contradições entre o nomadismo digital privilegiado e a migração forçada. A escuta analítica redefine-se como prática capaz de habitar o entre-dois, onde identidade, língua e pertença permanecem abertas, heterogéneas e em permanente construção.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade nómada, migração, desenraizamento, escuta analítica.

¹ Trabalho apresentado no 54.º Congresso da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), subordinado ao tema “Psychoanalysis: An anchor in chaotic times”, decorrido em Lisboa entre 30 de julho e 2 de agosto de 2025. Submetido em outubro de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicanalista argentina residente em Portugal desde 2020. Membro da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica de Córdoba (APC) (Argentina). Overall Chair do Comité de Estudos sobre Diversidade Sexual e Género da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Secretária Científica do *Livro Anual de Psicanálise* em espanhol do *International Journal of Psychoanalysis*. E-mail: Centrodrac@gmail.com

No mundo contemporâneo caótico e veloz em que vivemos, as mudanças na ancoragem das subjetividades são muitas, o que as torna cada vez mais instáveis e conflituosas. Conseguir ancorar-se em tempos caóticos alude à possibilidade de encontrar um refúgio onde o sujeito possa usufruir de descanso, alívio, tempo e espaço para a elaboração psíquica, para o desenvolvimento do elo social, para a consolidação de um significado subjetivo para as suas experiências.

Neste mundo, as mudanças ocorridas em torno da noção de mobilidade desencadearam-se de forma irrefreável desde o final do século passado. Desde a aspiração de ascensão social ao desejo de sair das periferias e a distintas figurações de um modo de “ser em trânsito” — migrante, refugiado, turista, errante —, a condição de estar em movimento foi ficando associada à noção de identidade e de território: “quem sou” é uma pergunta situada no tempo e no espaço, remetendo para “onde estou”, “onde nasci”, “para onde vou”. Entrelaça passado e futuro a um presente que, perante a aceleração e a instabilidade contemporâneas, evoca uma realidade cambiante e heterogénea, constituída por múltiplas camadas e tempos simultâneos.

De facto, o fenómeno migratório, pensado no âmbito da compreensão dos grandes temas que atravessam a construção da subjetividade, é muito complexo e associa-se a experiências diversas consoante quem se desloca, onde, quando e porquê. Como é que estes desenraizamentos no tempo e no espaço afetam o sujeito? Como poderemos diferenciar distintas configurações de migrantes com trajetórias e ambições variáveis? De que ferramentas dispõe a Psicanálise para poder sustentar os processos de mobilidade, acompanhando o sujeito em trânsito? Faço estas perguntas focando-me sobretudo num tipo particular de subjetividade associada à condição de “estar sempre em trânsito”: o nómada.

MAPAS, FRONTEIRAS E AUTORIZAÇÃO DE CIRCULAÇÃO

Ana Teresa Vicente (2024) é uma artista portuguesa com a qual me cruzei enquanto procurava referentes narrativos e artísticos que trabalhassem as noções de trânsito, associadas a categorias e binarismos. Investigando sobre as categorias de género e a forma como criam minorias, sobre o anormal, sobre o excluído, encontrei a sua obra.

No seu projeto “Transtopias”, a artista desenhou um dispositivo, um objeto artístico, para representar as múltiplas possibilidades de fluxos ou direções dentro de um mesmo espaço. É um mapa transparente, constituído de duas placas sobrepostas, entre as quais se encontra um líquido magnético que reage a umas peças metálicas que se podem deslocar sobre o mapa, criando fluxos distintos que pretendem representar as diferentes condições de estar em trânsito. É quase imediata a associação com o conceito de fluxos migratórios: as várias possibilidades de deslocamento que estão disponíveis consoante as categorias ou os grupos aos quais os sujeitos pertencem, de acordo com as suas condições de vida, sociais, e sobretudo com as razões que levam a essa mobilidade. Se fizéssemos o exercício de considerar o tipo de passaporte, nacionalidade, recursos económicos, situação política, género, raça, religião, de uma dada pessoa, poderíamos estabelecer pontos magnéticos que poderiam promover certo tipo de mobilidade e outros pontos que a repeliriam, definindo percursos ou trajetos muitos diferentes sobre o mesmo mapa. Ou seja, o nosso mapa global não é o mesmo mapa para todos.

O tipo de mapa que podemos delinejar, a permeabilidade das suas fronteiras, a existência ou não de retóricas opressivas que restrinjam as movimentações ou que julguem de forma discriminatória a condição de estrangeiro são variáveis significativas do modo de ser migrante.

Nesta linha, poderia dizer-se que, na realidade contemporânea, a mobilidade atua como fator de definição do lugar de cada um numa hierarquia, tanto socioeconómica, quanto cultural. A possibilidade ou impossibilidade de acesso à mobilidade (de pessoas, de informação, financeira, etc.) converteu-se num eixo de estratificação. Tal acesso define, pois, diferentes realidades dentro dessa mobilidade. Em primeiro lugar, um tipo de mobilidade sem restrições, sem barreiras burocráticas, sem fronteiras, nem físicas, nem digitais: o “turista” do mundo, segundo Bauman (2001). Esta mobilidade responde ao conceito de globalização, numa instantaneidade pretensamente ubíqua. Esta figura coincide em grande parte com um eu ideal quando se pensa em mobilidade: indivíduos que podem percorrer o mundo, ter casa própria onde viver em qualquer Estado, passaportes que permitem a entrada sem restrições em qualquer país, etc. Não é que não existam

de todo estas condições de mobilidade, mas são totalmente irrealistas para a larga maioria dos indivíduos em trânsito.

Por outro lado, podemos identificar outro tipo de mobilidade, a deslocação forçada por questões políticas, sociais, económicas ou culturais. São os refugiados, os exilados, que configuram mobilidades cheias de riscos, precisamente porque provêm das periferias e se dirigem aos centros. Em geral, a maior parte das vezes são deslocações irreversíveis. Sobre este tipo de migração, ocupou-se extensamente a Psicanálise (Akhtar, 1995; Varvin, 2019; Volkán, 1993; De Coster, 2019), tratando de elaborar o impacto na subjetividade do traumático, dos lutos, da violência, da discriminação, do desamparo e de tudo o que acontece ao sujeito quando é arrancado ou é forçado a arrancar-se do lugar onde radica o seu centro vital.

Existe também um terceiro género de mobilidade: a mobilidade nómada. Esta pretende, no próprio ato de se deslocar, superar a dualidade moderna “nacional/estrangeiro”, imaginando uma identidade global e homogénea e colocando em questão aquilo que acreditávamos ser indubitavelmente seguro: casa, família, raízes, nacionalidade. O ato de andar implica em si mesmo um processo, um devir, um ser intransitivo que se desenvolve, se constrói e se transforma enquanto está na estrada. Na nossa sociedade contemporânea, esta figura é suficientemente visível para que muitos Estados a incluam através de legislação acerca de vistos específicos: os nómadas digitais.

Neste sentido, o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação, além de favorecer uma flagrante compressão do espaço-tempo, também acelerou exponencialmente os efeitos contraditórios do processo de globalização: facilita o encontro entre indivíduos afastados por grandes distâncias físicas, mas dissolve o poder dos espaços públicos enquanto geradores de significado; abrem-se as fronteiras entre os Estados modernos, mas levantam-se outros muros intransponíveis, regulados por outros critérios como nacionalidade, religião, raça, recursos económicos.

A condição de nómada é interessante pelas suas contradições. São indivíduos que têm “as portas abertas” em muitos Estados, não sentem o peso das limitações de entrada ou de permanência que outros migrantes têm de suportar, mas, ao mesmo tempo, têm de cumprir certos requisitos: geralmente, são pessoas jovens (entre os 20 e os

40 anos, e, portanto, provavelmente saudáveis) e sem família (o que isenta o estado de ter de educar os seus descendentes); trazem consigo a sua fonte de rendimento e devem gastar dinheiro no país que os acolhe (o Estado que os recebe não lhes oferece trabalho); pagam o seu próprio sistema de saúde e não raras vezes não têm direito aos serviços sociais do país de acolhimento; e devem pagar impostos, mas em geral não recebem os benefícios associados. Esta situação pode alterar-se, modificando-se o seu “estatuto”, mas esta modificação conduz a uma degradação do mesmo para um estatuto de migrante, com as limitações e o controlo a que está sujeito um migrante “típico”. Nesta situação, perante o custo social e subjetivo desta precarização, o indivíduo mais facilmente escolhe continuar a deslocar-se. Além das considerações éticas sobre esta figura, a configuração subjetiva de quem vive como nómada é a de quem visita uma casa que não é sua — é bem recebido, mas não pode mexer em nada.

SITUAR OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Rosi Braidotti (2009) apela para a necessidade da aprofundar uma compreensão do sujeito a partir dos fenómenos migratórios. A autora reclama a consciência de um sujeito multiestratificado e localizado, em relação com o seu contexto espaciotemporal e de género, identidade sexual, raça, classe social, idade. Afirma:

[...] en el horizonte de la postmodernidad, van surgiendo figuras más significativas de la movilidad: la joven *au pair*; la novia encargada por correo; el inmigrante ilegal; la prostituta que trabaja en la frontera, e incluso la niñera. (...) Las figuraciones no son meras metáforas, sino que señalan posiciones históricas situadas muy concretamente". (p. 130)³

O nómada pós-moderno, digital, jovem e livre é outro estereótipo. Contextualizar a subjetividade é necessário não só por uma questão de responsabilidade política, que acompanha o pensamento nómada,

³ “No horizonte da pós-modernidade, vão surgindo figuras mais significativas da mobilidade: a jovem au pair, a noiva por procuração, o imigrante ilegal, a prostituta que trabalha na fronteira, a ama. [...] Estas figurações não são mera metáforas, mas assinalam posições históricas situadas muito concretamente.” [N. T.]

mas também para uma compreensão mais aprofundada das múltiplas camadas do impacto desta figura migrante na construção de um sentido de si.

O que promove a subjetividade nómada é a necessidade de identificar uma linha de fuga, o que equivale a dizer um espaço alternativo de devir, criativo, que não fique suspenso entre o móvel e o imóvel, entre o residente e o estrangeiro, mas que se insira dentro dessas categorias. A questão é como não desprezar nem glorificar a condição de marginal, de estranho, encontrando, em alternativa, uma outra localização mais precisa e complexa.

Braidotti, partindo da subjetividade nómada, avança na análise destes efeitos. A localização é uma responsabilidade política necessária para não idealizar nem desprezar a precariedade, afirma a autora, alinhada com o que afirma Judith Butler (2004) — falar de diversidade, de trânsito, é falar muito mais de vulnerabilidade do que de diferenças. A tensão criada ao tentar habitar os espaços entre os binarismos muitas vezes polariza-se quando confrontada com o imperativo da assimilação cultural. Criar espaços tangenciais onde se pode encontrar lugar para territórios de fronteira, em que se possa habitar as zonas cinzentas, constitui o centro identitário e o território a partir do qual se pode imaginar um “sentido de si mesmo”. Paradoxalmente, parece que manter vivo o espaço transicional que permita imaginar o “eu sou” acontece à custa de permanecer estrangeiro.

DISTINTAS TRAVESSIAS SUBJETIVAS: O EXILADO, O MIGRANTE E O NÓMADA

O modo e o tempo do exilado baseiam-se no significado da própria condição de estrangeiro e, em muitos casos, numa percepção hostil do país que o acolhe. No exilado, há um forte sentimento de perda e de separação em relação ao país de origem. Por essa razão, as memórias e as canções na língua materna têm um papel fundamental na sua narrativa. Braidotti situa o sentir do exilado num futuro perfeito: “Ter-se-á passado assim...” Esta recordação do passado, ao mesmo tempo, destabiliza o seu presente porque não favorece a sua adaptação, deixando-o então em suspenso. A literatura psicanalítica (Akhtar, 1995, 1999; Volkan, 1993; De Coster, 2019; Varvin, 2019, 2023)

dedicou-se à interação entre discriminação, marginalização, trauma e luto para abordar este tipo de fenómeno migratório.

O migrante, por outro lado — sempre o outro no olhar do “nacional” —, deambula nos limites, entre os muros de uma legalidade permanentemente em revisão, que reduz os caminhos possíveis. O migrante arrasta o passado, um passado que se acumula e que pesa no presente, onde se mantém intacto. Segundo Braidotti, o seu tempo verbal é o pretérito perfeito: “eu fiz, eu vivi, eu estudei”, o qual aconteceu no passado e determina as suas consequências no presente. O tempo do migrante é também o da espera por um futuro que não chega. À espera de uma situação definitiva do ponto de vista legal; à espera de documentos que passam de instituição em instituição, de autoridade em autoridade, para serem aprovados e selados; à espera de uma autorização de livre circulação.

No curso normal de um trajeto migratório, as legalizações dos documentos e autorizações vão acontecendo progressivamente, primeiro de forma temporária para depois, sob certas condições, se tornarem permanentes. No final, se assim o desejar, o sujeito pode requerer as credenciais que lhe darão “nacionalidade” ou “cidadania”. Este não é um caminho linear ou estável. As burocracias e as mudanças políticas afetam as condições de acesso do migrante à obtenção ou renovação da sua situação, pelo que trabalhar clinicamente com migrantes implica saber que a vida sucede em tempos paralelos que vão colapsar de quando em quando.

A vida do migrante, no seu projeto de adaptação, implica estabelecer-se, criar laços sociais, educar os seus filhos numa nova cultura e muitas vezes num novo idioma, desenvolver uma progressiva sensação de sucesso, de chegada. No entanto, cada dois ou três anos, o seu visto de residência caducará e um segundo tempo emerge, que dará cabo da sensação de sucesso anteriormente conquistada, empurrando-o assim para o mesmo ermo em que vive o refugiado. As dúvidas sobre o sentido da migração, o esgotamento, a sensação de desamparo, o tempo suspenso voltam com força e ocupam todo o espaço da narrativa do sujeito, enquanto os seus vistos estiverem sob escrutínio, enquanto a sua vez nos serviços para estrangeiros não chega, enquanto são avaliadas as autorizações de residência e de circulação. A vulnerabilidade volta a sentir-se na carne como no primeiro dia, como se

o tempo não tivesse passado e tudo o que havia sido construído desde aí não contasse.

Finalmente, o tempo da subjetividade nómada baseia-se na mobilidade em si mesma. Embora existam destinos, estes não representam em si mesmos o objetivo da deslocação, sendo apenas pausas, finais de uma etapa antes de passar à etapa seguinte.

De acordo com Braidotti (2004), o tempo do nómada é o imperfeito: ativo, contínuo, relacionando-se com o passado, mas sem absorver o seu peso, porque este não é visto como a origem saudosa de um lugar perdido. O nómada estabelece uma relação agida entre o passado e o presente, ao mesmo tempo que não espera pelo futuro, mas chega a ele através da sua travessia. Como na trajetória de um barco, cada manobra está condicionada pela manobra anterior. Por isso, o tempo do nómada é o tempo da transição e a sua rota tem uma velocidade controlada. A compreensão do sentido idiosincrático desta trajetória baseia-se na valorização do subjetivo e daquilo que é singular, em contraponto com o objetivo e pretensamente homogéneo, assim como na percepção do tempo e do espaço como territórios abertos, e ao mesmo tempo heterogéneos, sem linhas que os organizem artificialmente de acordo com objetivos pré-estabelecidos. Um indivíduo sem essência, incorpóreo, fragmentado e heterogéneo, movendo-se entre o trânsito e a errância. Qual é, nestas condições, a trajetória desejante possível? Como se constitui um sentido de identidade e de pertença? Quais as possibilidades eróticas de um sujeito desvinculado do laço social?

A ESCUTA ANALÍTICA NA CONDIÇÃO NÓMADA: HABITAR UM NÃO-LUGAR

Em 1992, o antropólogo Marc Augé propôs a noção de “não lugares” para se referir aos espaços de trânsito, onde as pessoas são meros elementos anónimos que interagem fugazmente entre si: aeroportos, estações de metro, parques de estacionamento, salas de espera, postos de abastecimento... São locais de confluência, mas não de encontro. A estandardização produz-se na consequente anulação dos vínculos locais interpessoais e quotidianos.

Os “não-lugares” convertem-se em espaços vazios de significado, sem memória, precisamente pela sua natureza de lugares de passagem e também porque os elementos, ou seja, as pessoas, basicamente

desenvolvem de forma anónima atividades de consumo. O “não-lugar” é a contraposição do “lugar antropológico” porque é sem memória, sem história, sem tradição e sem rasto (Augé, 1993).

Na subjetividade nómada, abre-se a possibilidade de assumir a natureza transitória dos “não-lugares”, devolver-lhes significado a partir do seu uso quotidiano, transformando-os em espaços de encontro e de produção de novas narrativas. Um trajeto faz-se sempre no caminho entre dois pontos, mas esse “entre-dois” ganhou uma nova consistência e goza tanto de autonomia como de direção própria. Porque é no ir fazendo caminho, onde de início apenas pareciam existir elementos descontextualizados, que se vão produzindo sinergias. Trata-se de valorizar a experiência do improviso, que nasce da intenção de formar uma relação afetiva com o território. Como nas ondas do mar, na deslocação podem surgir novas densidades, zonas de confluência, narrativas geradas que abrem espaço a novas possibilidades.

Os não-lugares convidam também a imaginar como habitar esses territórios, além das condições objetivas dos espaços, construindo cartografias subjetivas — e, portanto, singulares — que outorguem um novo sentido de pertença e de identidade a tais percursos.

Dung Kai-cheung é um escritor nascido em Hong Kong na década de 60 do século passado que escreveu o livro *Atlas: The Archaeology of an Imaginary City* (2012), uma ficção que desafia abertamente a relação imaginária entre mapa e território e põe em cheque a veracidade das nossas representações de espaço, de território e de temporalidade linear.

Aliás, a literatura sempre se interessou pelos processos de significação e conhecimento relacionados com a localização, a habitação, a identidade e a deslocação semiótica a partir de um movimento de desafio à noção de fronteiras. Pelo seu lado, a cartografia sempre revelou as limitações espaciais e, ao mesmo tempo, recorrendo a simplificações, apagou as várias camadas de histórias coletivas que se inter-relacionam entre si e com as histórias pessoais. O analista, através de uma poética do inconsciente, procura explorar, algumas vezes recuperando, outras reconstruindo, tal como geografias, os discursos que se entrelaçam, criando condições para a subjetivação, sabendo que a sua prática está localizada num espaço e num tempo específicos.

Mapas de histórias, cartografias ficcionais, narrativas cartográficas são alguns dos termos usados para traçar a ligação entre lugares,

mapas e narrativas. Como tais, são formas híbridas que exploram as implicações sociopolíticas e os aspectos tecnológicos de uma cartografia multissemiótica. Cartografias essas que implicam sujeitos e as suas condições de existência em trânsito; sujeitos buscando constantemente prender o seu desejo aos objetos da sua época. Mapas que descrevem trajetos abertos ou, pelo contrário, evidenciam limitações para o desenvolvimento do sujeito contemporâneo e do seu erotismo.

ANALOGIAS

Sabemos bem que, na nossa prática clínica, os pacientes se aproximam a partir de um certo sofrimento que não cede, uma pergunta que excede os seus limites e não encontra resposta, certos sentimentos de vazio ou perda. Às vezes, subtis, às vezes exaltadas, estas vivências marcam a existência de um rasgão ou descontinuidade na experiência subjetiva, que se apresenta como desenraizada, errática e sem transcendência.

Dentro dos modos de descrever a experiência de isolamento ou desenraizamento, de desidentificação, de falta de sentido, de ausência de referências subjetivas, os meus pacientes nómadas partilharam comigo uma série de analogias que me têm ajudado a pensar em certos eixos que descrevem as consequências psíquicas deste tipo de processo migratório.

Pedro chega à consulta porque “precisa de ficar quieto”, apaixonou-se e quer estabelecer-se com a sua companheira, mas “não está acostumado a ter um centro de gravidade”. Não dorme, sente angústia, sonha que é apanhado por uma avalanche, a qual associa às responsabilidades da “vida na terra”.

Melina vive em Andorra desde há dois anos, passando de Airbnb em Airbnb, mas tem residência na Argentina, trabalha remotamente para os Estados Unidos, quer mudar-se para a Áustria e exibe um passaporte italiano. “Nunca sei o que escrever nos formulários que perguntam de onde sou. Não quero sequer começar a explicar a complicação que é para mim definir a minha localização.”

Aurora chega à consulta por sugestão de uma conhecida, desde que a ouviu dizer várias vezes que “vive na sua nave espacial” de onde “desce” quando precisa de comunicar com os outros por razões meramente operacionais. Não tem amigos que possa identificar, nem

pessoas de confiança com quem partilhar os seus projetos e os seus planos. Sente-se profundamente estranha e só.

Luca diz sentir-se “perdido”. A “liberdade” de poder viver onde quiser acabou “por o arrastar”, de tal forma que sente que vive num aeroporto. Tem vínculos e relações que têm prazo de validade antes de começarem e diz não estar disposto a “investir” o que é preciso para “se conectar”.

Todos eles se relacionam com outros sobretudo através de aplicações; Pedro e Aurora, além disso, vivem “noutra linguagem”. Todos apresentam sintomas significativos de ansiedade e depressão. Têm dificuldade em associar a partir de referentes como “projeto”, “destino”, “meu”, “rede”, “quero”, “outro”.

Poderia generalizar afirmando que o dispositivo analítico se estabelece a partir da disponibilidade do analista para sustentar um quadro analítico nestas condições de deslocação e atemporalidade. Curiosamente, a atemporalidade e a estranheza do espaço analítico (que geralmente constitui um tempo alternativo à vida quotidiana) consolida-se como o espaço e tempo necessários para retomar a linha de historização e localização subjetivas.

Quando o paciente imagina um espaço habitado por um outro, neste caso o analista, essa ilusão de contacto (Winnicott, 1971) desperta os fenómenos de tradução e transposição necessários para passar de habitar um não-lugar para ressignificar como próprio o espaço que se habita. Sempre imperfeito, sempre incompleto, sempre transitório, mas agora emocionalmente significativo.

A mudança implícita na subjetividade nómada requer a criação de novos espaços de diálogo e de cenários intersubjetivos a cada nova localização, como forma de criar memórias. O encontro analítico favorece essa criação, muitas vezes sustentada pela certeza e pela fiabilidade da presença do analista, que garante a constância do cenário a partir da sua própria aposta libidinal. Neste sentido, trabalhar com subjetividades nómadas redefine o que entendemos como neutralidade e abstinência, visto que muitas vezes é necessária a presença ativa do analista garantindo as marcações, os horários e o *setting*, de modo a consolidar a realidade e regularidade do encontro. Instalando assim uma repetição que pode ser criativa.

Além disso, requer um esforço de tradução onde subjetivamente se negoceiam e se adaptam os códigos, as propostas, aceitando uma certa

incompletude e opacidade. Mesmo quando se vive na mesma língua, o migrante e o nómada rapidamente compreendem que “a mesma língua” é um fenómeno extremamente complexo, que excede amplamente a ideia do “mesmo idioma”.

Finalmente, existe o esforço de transposição (Braidotti, 2004). Na música, a transposição supõe uma mudança de escala, mas este deslocamento não se realiza de forma completamente linear, implicando, porém, mudanças de nomenclatura e de contagem de notas. Num esforço de tradução que resolve — através da produção de novos significados — os desencontros e saltos descontínuos entre códigos, procura-se reconstruir ou ficcionar aquilo que a tradução tradicional esconde ou dilui.

Este esforço é constante, obrigando a uma permanente interpretação, tradução, reinterpretação. A condição nómada não só implica o trânsito geográfico, como também remete para uma subjetividade em permanente construção e desconstrução. Reclama chegar a um certo lugar para o poder destruir e começar de novo. É um processo relacional onde, para poder sustentar uma ética diversa de culturas e formas de pensar, devem rever-se as coordenadas e as premissas estabelecidas *a priori*, através de interpretações móveis e identificações transitórias. Aqui, o sujeito não se dirige do ponto A ao ponto B, mas habita territórios normalmente concebidos como margens.

Esta condição exige ao migrante — a qualquer um deles — o desenvolvimento de uma subjetividade onde haja lugar para a heterogeneidade e a multiplicidade, para assim poder reconhecer as próprias localizações e subjetividades e as camadas contraditórias que possam existir. O esforço subjetivo é enorme, a vulnerabilidade a retóricas opressivas frente ao diferente fica ampliada, as perdas e o passado têm um valor específico, na medida em que, frequentemente, o migrante se define por aquilo que perdeu no percurso.

Neste cenário, a aposta relacional que o analista oferece promove a recriação de cenários para encontrar ou recuperar o sujeito identitário, protegendo o requisito de “ser outro” perante quem o sujeito é, com quem se identifica, como se reflete, como se diferencia e existe. A condição de estabilidade, recorrência e antecipação com que lhe brinda o espaço analítico gera o tempo e o espaço antes ausentes, o estado de calma e certeza que o sujeito necessita para explorar e compreender

a sua travessia. Para isso, deve sentir-se seguro no espaço atemporal e permanente do dispositivo analítico. Aí, então, buscando nos rastos perdidos dos nossos mapas históricos, cujos fragmentos nos acompanham onde formos, é onde se abre a possibilidade de reconstrução, historização e ressignificação das nossas cartografias individuais.

ABSTRACT: *In this paper, the author examines transformations of subjectivity in contemporary hyper-mobile societies and the challenges they pose for psychoanalytic listening. Drawing on Rosi Braidotti's notion of nomadic subjectivity, it differentiates between exile, migrant, and nomad as distinct psychic and temporal configurations. While the exile remains bound to the past through loss, and the migrant inhabits suspended bureaucratic time, the nomad constructs identity through movement and transition rather than belonging. Using Marc Augé's concept of non-places—spaces of transit devoid of memory—the author argues that psychoanalysis can transform such voids into meaningful encounters. Clinical vignettes of “nomadic patients” reveal fragmentation, anxiety, and the struggle to create attachment amid constant displacement. Within this fluidity, the analyst’s reliability and temporal consistency become anchors for historicization and subjective localization. Mobility is framed as both a social hierarchy and a psychic condition, exposing contradictions between privileged digital nomadism and forced migration. Psychoanalytic work must engage with these transient contexts through translation and transposition, creating new meanings within discontinuity. Ultimately, nomadic subjectivity demands a psychoanalysis capable of inhabiting the in-between—where identity, language, and belonging remain open, heterogeneous, and perpetually in process.*

KEYWORDS: *nomadic subjectivity, migration, uprootedness, analytic listening.*

REFERÊNCIAS

- Akhtar, S. (1995). A third individuation: Immigration, identity, and the psychoanalytic process. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 43(4), 1051-1084. <https://doi.org/10.1177/000306519504300405>
- Akhtar, S. (1999). *Immigration and identity: Turmoil, treatment, and transformation*. Jason Aronson.
- Augé, M. (1993). *Los no lugares. Espacios del anonimato: Una antropología de la sobremodernidad*. Editorial Gedisa.
- Bauman, Z. (2001). *Globalització. Les conseqüències humanes*. Editorial de la Universitat Oberta de Catalunya.

- Braidotti, R. (2004). *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada*. Editorial Gedisa.
- Braidotti, R. (2009) *Transposiciones. Sobre la ética nómada*. Editorial Gedisa.
- Butler, J. (2004) *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*. Paidós.
- De Coster, J. (2019). A few psychoanalytic thoughts about migration, the loss, and the search for identity. *Psychoanalysis Today*, 11. <https://www.psychoanalysis.today/en-GB/PT-Articles/De-Coster144613/A-few-psychoanalytic-thoughts-about-migration-and.aspx>
- Dung Kai-cheung (2012). *Atlas: The Archaeology of an Imaginary City*. Columbia University Press.
- Varvin, S. (2019). Psychoanalysis and the situation of refugees: A human rights perspective. In P. Montagna & A. Harris (Eds.), *Psychoanalysis, law and society* (pp. 9-26). Routledge.
- Varvin, S. (2023). A psicanálise e a terceira posição: Convulsões sociais e atrocidade. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 43(2), 30-37. <https://doi.org/10.51356/rpp.432a4>
- Vicente, A. T. (2024) Projeto Transtopia. Disponível online em <https://anateresavicente.com/>
- Volkman, V. D. (1993). Immigrants and refugees: A psychodynamic perspective. *Mind and Human Interaction*, 4(1), 63-69.
- Winnicott, D. (1971) *Realidad y juego*. Editorial Gedisa.